



A UFS na Comunidade: A Percepção dos Bairros Periféricos da Grande Aracaju Sobre a Universidade

Erick de Oliveira e SOUZA¹

Thiago Noronha VIEIRA²

João Dantas dos ANJOS NETO³

Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, SE

RESUMO

Este artigo propõe analisar a percepção das classes C e D sobre a marca da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com base na pesquisa executada em novembro de 2009, no Curso de Extensão em Pesquisa de Mercado, projeto interdepartamental desenvolvido pelos departamentos de Comunicação Social e de Estatística desta instituição. O ponto de partida é explicar o surgimento das universidades públicas e sua importância social, seguindo para uma delimitação do que foi configurado enquanto periferia na pesquisa. Com os dados quantitativos da pesquisa exploratória e com amostragem de 130 questionários. Foram traçados paralelos sobre a imagem pretendida pela UFS e sua apreensão pela população que vive na periferia da grande Aracaju. Deste cruzamento, é feito um diagnóstico que mostra uma não identificação das pessoas destas localidades com a função social da universidade pública no estado.

Palavras-chave: UFS; Percepção; Comunicação Organizacional.

1. Introdução

¹ Estudante de Graduação do curso de Comunicação Social Habilitação em Jornalismo, sétimo período, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, e-mail: erickse@hotmail.com

² Estudante de Graduação do curso de Comunicação Social Habilitação em Jornalismo, sétimo período, pela Universidade Federal de Sergipe – UFS, e-mail: thiago.nvieira@hotmail.com

³ Orientador do trabalho, Mestre em Administração Estratégica e professor do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da UFS-SE, email: joaodantas@hotmail.com.



A universidade pública, ao longo de sua trajetória, ganhou o respaldo social e consolidou-se como uma importante instituição para a construção das bases de uma sociedade moderna e produtora de novos conhecimentos. Entretanto, a década de 1960 e a instauração da ditadura impõe ao sistema de ensino superior uma mercantilização do ensino, pois encontra na *“expansão do ensino privado tanto um meio de se desonerar da responsabilidade educativa quanto um instrumento ideológico eficaz para a adaptação do alunado às regras de comportamento político (ou apolítico) vigentes”*, conforme SILVA (2001). A prática da pretendida “democratização” do ensino superior passa então a privilegiar aqueles que podem pagar pelas instituições privadas, enquanto que nas públicas a *“condição sócio-econômica parece representar papel decisivo no ingresso em várias carreiras, principalmente nas universidades públicas mais bem conceituadas”* (SILVA 2001). Porém, explicar a função social das instituições de ensino superior vinculadas ao Estado não pode se limitar a uma análise superficial, posto que sua vocação é distinta do ensino superior privado.

Oliven (1990) coloca que a prática crítica e o respeito à heterogeneidade cultural dinamizaram o processo de democratização do país. Deste modo, a prática e a manutenção do conceito de universalização do conhecimento só é efetivado por meio de uma inter-relação entre o Estado, a universidade e a sociedade. Do contrário, enclausura-se o conhecimento por detrás dos muros dos campi universitários, não revertendo esse conhecimento produzido para a sociedade que custeia sua existência, não cumprindo assim uma de suas principais funções.

Funções essas que podem ser entendidas como uma tríade fundamental para a construção do próprio conceito de Universidade. Trata-se do Ensino, Pesquisa e Extensão. A percepção de uma separação entre estas atividades no campo universitário é apenas uma questão de modelos sobre o que seja a instituição Universidade (Cerqueira, 2003). Entendemos que a função da Universidade passa necessariamente pela produção de conhecimento de alto valor, e por revelar e tornar esse conhecimento acessível a um maior número de pessoas possível (Botomé, 1996).

Partindo deste conceito, coloca-se para a Universidade Pública um dever enquanto instituição; pois, se custeada pela sociedade, é de sua responsabilidade não só a reprodução de todo conhecimento já produzido nas diversas áreas específicas (Ensino)



a produção de novos conhecimentos dentro desses campos (Pesquisa) e sua retribuição à sociedade, aplicando tudo aquilo que foi produzido (Extensão).

O ensino, ou a reprodução do conhecimento já produzido, é o único alicerce do tripé sustentado. Embora a instituição do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), pelo Decreto nº 6.096/07, venha minando paulatinamente essa estrutura. Pois a oferta de novos cursos e o aumento de vagas (justificados pela busca da “democratização do ensino”) vão à contramão de um ensino de qualidade.

Com o avanço do capital privado nas universidades públicas, tem sido cada vez mais difícil que os conhecimentos desenvolvidos pelas pesquisas retornem para a esfera social. Ao contrário, tem servido as próprias corporações e seus interesses. O ganho passa a ser explorado e usado enquanto serviço para aqueles que podem pagar. Afastam o saber produzido do povo, criando um abismo entre ambos. As pessoas passam a enxergar cada vez menos a real função das Universidades Públicas, que lentamente perdem seu crédito e seu deslumbre diante do avanço intenso desta prática.

A extensão universitária é o retorno social. É trazer as novas produções e práticas formuladas pela pesquisa dentro da universidade para contribuir para o benefício social e o desenvolvimento local. Entretanto, como diagnosticado acima, a entrada de empresas dentro dos centros de pesquisa tem cooptado esse processo dialético.

O panorama da universidade pública e sua função apresentam o problema central proposto, mas apresentando uma gama de questionamentos e possibilidades de pesquisa. Este estudo tem como sua meta principal diagnosticar o declínio da visão das pessoas que residem em bairros periféricos a respeito da Universidade Federal de Sergipe. A pesquisa realizada em novembro de 2009, com 130 questionários objetivos, nos bairros do Robalo, João Alves e Santa Maria com uma margem de erro de 5,4% é ilustrativo para compor uma resposta concatenada sobre esse questionamento.

2. A periferia em foco: uma (re)descoberta social



Para construir esta análise, fez-se necessário delimitar e buscar uma definição sobre o que seria periferia. Num sentido genérico, podemos entender como “*tudo aquilo que está ao redor*”. Considerando a dinâmica urbana e social, podemos afirmar que periféricos são os locais a margem dos grandes centros metropolitanos, reduto normalmente das populações de baixa renda.

Encontramos desse modo um novo problema: como delimitar as populações periféricas? Essa questão é uma das mais divergentes no campo social e são muitas as definições. Para fins de estudo, a apreensão econômica adotada coloca que as classes C, D e E pertencem a essa fatia da população. Conforme a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa – ABEP (2010), a renda média familiar estaria entorno de R\$933 e R\$1.391. Já para Marcelo Neri (Centro de Políticas Sociais – FGV, 2008) essa renda está entre R\$1.115 e R\$4.807. Segundo com Neri, a classe C é responsável por 49,22% da população de “baixa renda” brasileira. Já a classe D conta com 24,35% da população, tendo sua renda inicial em R\$768 mensais. Por fim, a classe E equivale à linha de pobreza no Brasil, contendo famílias com renda inferior a R\$768 mensais.

A luz dessa definição é possível entender as classes sociais do ponto de vista econômico. Seria infundado, no entanto, reduzir o conceito de periferia às rendas das famílias que ali vivem desconsiderando os fatores geográficos, históricos, culturais e sociais. Compreender as regiões de periféricas hoje é aceitar que os “*grandes aglomerados de baixa renda devem, pois, ser encarados como cidades dentro de cidades. Segue daí a noção de favela dentro de favela*” (Reichenheim; Harpham, 1990). A nova dinâmica urbana trás consigo problemas complexos e com soluções cada vez mais difíceis e distantes.

Aracaju, apesar de ostentar o título declarado pelo Ministério da Saúde em Abril de 2008 de ser a capital que oferece a melhor qualidade de vida aos seus moradores, esconde contrastes que são visíveis quando deixamos o eixo central da cidade – como o centro comercial, a região dos shoppings e a área da orla marítima. – e avançamos para os locais mais afastados. A chamada Zona de Expansão, que compreende o bairro Robalo, é um exemplo claro disto. Entre loteamentos imensos para a especulação imobiliária de alto padrão e a posição privilegiada, próximas as praias, milhares de



pessoas ocupam as brechas de terreno arenoso (dunas) com suas casas e barracos, criando um caos urbano. Embora pouco se fale sobre o crescimento desordenado nessa região, até por conta do forte investimento das construtoras que desejam solidificar o espaço como campo de mercado, reflexos sérios desse crescimento são comuns nas primeiras chuvas. Notícias não faltam nos jornais da cidade a respeito das ruas inundadas pelas enchentes e sobre a água que fica acumulada por dias, demonstrando o resultado da irresponsabilidade e do descaso do poder público.

O bairro do Robalo é só um exemplo, mas ele pode ser aplicado também ao bairro Santa Maria, por muito tempo conhecido como “terra-dura”. O próprio apelido já possui uma conotação depreciativa do local que fica próximo ao aeroporto da capital sergipana. A ocupação dos bairros periféricos ocorre a partir dos conjuntos habitacionais, que são construídos pelo Estado, visando remover as ocupações irregulares, também chamadas de favelas. No entanto, cria-se um novo problema: pois muitos desses conjuntos são entregues à população sem infra-estrutura adequada para que seus moradores possam viver com dignidade. Essa é a realidade do bairro Santa Maria, entregues aos seus sem oferecer a infra-estrutura adequada para que seus habitantes pudessem viver de forma digna.

Apesar de não fazer parte da cidade de Aracaju propriamente dita, o conjunto João Alves se configura em consonância com os outros dois bairros que serviram como base para este estudo. Pertencente ao município de Nossa Senhora do Socorro, na zona metropolitana de Aracaju, esse conjunto é reflexo da mesma prática presente no bairro Santa Maria. O município englobado pela capital a princípio distante do centro, hoje se confunde entre as avenidas e conglomerados de casas em suas subidas e descidas, sendo facilmente taxado pela violência e pela marginalização de sua população.

O papel da Universidade Federal de Sergipe nesse contexto passaria a ser primordial, posto que uma de suas funções é justamente combater as contradições sociais. Mas, se por um lado vivemos uma sociedade que produz novos conhecimentos, novas riquezas, por outro também produz novas contradições sociais, como o desemprego estrutural crescente, a origem de formas marginais ou informais de sobrevivência, que dispensam contratos e vínculos empregatícios e



desregulam as relações tradicionais de trabalho, o aumento da situação de miséria, o agravamento das desigualdades sociais, a marginalização.

Conforme a colocação de Chauí (2003) “*A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo.*”, desse modo a Universidade Federal de Sergipe reflete a estrutura social de seu povo – seja em suas peculiaridades, suas qualidades e suas contradições. Pois apesar de produtora de conhecimento, a universidade também é reprodutora de muitos preconceitos. Reforçando assim o abismo já mencionado entre a instituição UFS e a sociedade em geral, sobretudo as periféricas. Diante deste panorama, seguiremos para a análise propriamente dita.

3. Análise da percepção das classes C e D sobre a marca UFS

Tomando como base o levantamento de dados, através de questionários objetivos, buscou-se traçar um perfil geral dos entrevistados – total de 130 (cento e trinta) questionários – residentes nos bairros Robalo, João Alves e Santa Maria, localizados na periferia da Grande Aracaju. Para traçar este perfil, atrelado a níveis de percepção destas populações a respeito da *marca UFS*, foram gerados quesitos de idade e gênero, bem como em perguntas relacionadas, desde ao mero conhecimento da marca da Universidade Federal de Sergipe (UFS), até a avaliação da população quanto às ações da instituição de ensino em suas comunidades, por meio de *extensão*, ou seja, a retribuição que a universidade faz em relação à sociedade, que lhe dá suporte financeiro, humano e estrutural.

Por meio da inferência de dados registrados, verificou-se pequena liderança numérica do gênero feminino nestes bairros, com percentual de 52% contra 48% de homens. Foram entrevistadas pessoas com a partir de 18 anos de idade. Outra constatação importante foi a predominância de pessoas jovens, sendo baixo o número de entrevistados na faixa etária de 39 50 anos (9%), e apenas 10% com mais de 50 anos de idade. Desta forma, a pesquisa tornou-se mais próxima do principal público-alvo da Universidade Federal de Sergipe, já que os jovens, especialmente de comunidades



carentes, seriam em tese, os maiores interessados num ensino superior público, gratuito e de boa qualidade.

Quando questionados sobre o mero conhecimento da marca da Universidade Federal de Sergipe (UFS), os entrevistados, residentes em bairros periféricos da zona metropolitana de Aracaju relataram um grande grau de desconhecimento quanto à marca da instituição pública: Metade dos entrevistados (50%) jamais ouviu falar na UFS. Um dado que coloca em cheque o cumprimento do papel social da UFS perante a sociedade de baixa renda, na qual deveria apresentar-se estrategicamente no sistema de educação continuada, por ser a única universidade pública no estado de Sergipe. Os números também apontam também outra boa parcela (15%) que não soube ou não quis responder ao questionamento, e são completados por apenas 35% que afirmaram já ter ouvido falar na UFS.

No cruzamento destes primeiros dados de faixa etária, gênero e conhecimento da existência da universidade, observa-se a liderança das mulheres, tanto entre os 18 e 21 anos (20%), quanto entre os 22 e 26 anos (16%), que são os grupos que mais afirmaram saber da existência da Universidade Federal de Sergipe. Entretanto, os números permanecem preocupantes, com o baixo percentual entre todas as faixas etárias e gêneros, chegando aos marcantes 11% entre os homens de 18 a 21 anos, que em tese, fariam parte da principal faixa etária a ser atingida pela instituição no processo de continuidade do sistema educacional, principalmente público.

Quando misturados ambos os gêneros, percebe-se que tanto entre os 18 e 21, quanto entre os 22 e 26 anos de idade, é baixo o percentual de conhecimento destas populações a respeito da Universidade Federal de Sergipe. A parcela de entrevistados que responderam positivamente manteve-se em apenas 31% nas duas faixas etárias (jovens), que seriam prioridade no processo de formação profissional e humana destas populações, o que seria ferramenta prioritária para a extinção ou diminuição do abismo social presente não apenas na capital sergipana, mas em todas as regiões metropolitanas brasileiras.

O distanciamento da Universidade Federal de Sergipe em relação às comunidades de baixa renda localizadas em sua área de possível abrangência, e a sua



baixa penetração nestes locais é ainda mais flagrante quando os entrevistados são perguntados se fazem planos ou conhecem alguém que os faça de estudar na UFS: Apenas 10% responderam **sim**. Uma segunda e importante parcela dos entrevistados (41%) respondeu negativamente, e quase metade (49%) não soube ou não respondeu. Os dados mostram que estas populações não apenas desconhecem a marca da universidade pública, mas também que não aspiram a vagas na mesma, fator que torna uma instituição pressuposta de alcance igualitário, já que é pública, um objeto de alcance prioritário das elites sergipanas.

Porém, como primeiro passo para estimular o desejo destas pessoas, de conseguir uma vaga na universidade pública, voltamos à estaca zero para fazer a constatação de que 50% de todos os ouvidos nesta pesquisa responderam jamais ter ouvido falar na instituição. A primeira e óbvia mudança seria levar a *marca* UFS ao conhecimento do público, para aí sim, planeja o enfrentamento que talvez seja a maior barreira para levar pessoas de baixa renda para a universidade pública e gratuita: a disparidade entre os sistemas público e particular de ensino fundamental e médio.

Quanto ao conhecimento de projetos ou ações da universidade que beneficiassem seus bairros, os dados coletados mostraram que há desconhecimento total deste tipo de ação pela população, com apenas 5% dos entrevistados tendo afirmado que conhecem algum tipo de benefício direto trazido por ações desenvolvidas pela UFS naquelas comunidades. Ainda pior foi o percentual de pessoas que fincaram a opção “Não há” (63%), e ainda a parcela restante (32%), que afirmou não saber ou não respondeu ao quesito. Os dados coletados alertam assim que os objetivos de extensão, ou seja, de retribuição e aplicação do que é produzido dentro da universidade não é alcançado satisfatoriamente nestas comunidades.

O Hospital Universitário (HU) mostrou-se como o braço mais conhecido da Universidade Federal de Sergipe pela população de baixa renda. 69% dos entrevistados afirmaram já ter ouvido falar na instituição de saúde pública, contra 14% que responderam com a opção “Não há”, e 17% que não souberam ou opinaram. Foi o quesito de melhor resposta nos três bairros avaliados. Entretanto verificou-se pouca associação da marca do HU com a UFS neste público, sendo assim deflagrado um sério problema de gestão de marca da instituição pública de saúde, e principalmente da UFS.



4. Considerações finais

Diante do que foi apontado e discutido ao longo deste artigo, é possível apontar grandes discrepâncias entre a função social da Universidade Federal de Sergipe e como ela é percebida pelas comunidades periféricas da zona metropolitana de Aracaju. O baixo conhecimento das pessoas sequer da existência da UFS denota que de pública ela tem muito pouco. A falta de investimentos e de uma construção mais sólida da marca da instituição diante da sociedade revela um apontamento feito por CHAUÍ (2003) que a mudança “*só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço*”.

O completo desconhecimento não apenas da marca UFS, mas da existência da universidade pública, que a princípio, seria visível a todas as estratificações da sociedade que lhe dá suporte, deveria ser uma prioridade para os gestores da instituição, já que, sem o seu conhecimento por parcela significativa da população das cidades, seus objetivos de ensino, pesquisa e principalmente **extensão**, tornam-se inacessíveis para o mesmo extrato social, que independente das localidades que habita ou da sua renda familiar, integra um país com preceitos democráticos legitimados pela Constituição Federal. Pois, se um órgão que integra o **patrimônio público** faz distinções entre classes sociais, o conceito de democracia passa a estar rompido, servindo os interesses de particulares ou de um sistema discriminatório como um todo.

A ausência de programas de extensão revela um déficit que vai além desse componente do tripé da universidade pública, pois perpassa pela pesquisa. O retorno ante a sociedade deve, antes de tudo, ter uma produção de conhecimento. Se não há pesquisa, não há extensão ou esta não reflete ou supre as necessidades da população. É exatamente isso que está explicitado nos dados cruzados, uma extensão ineficiente e que não atende as demandas das camadas mais necessitadas.

A ineficiência da gestão da marca UFS também se reflete na situação do Hospital Universitário (HU), posto que as pessoas que são atendidas pelo local não



conseguem associá-lo à UFS. Assim como nos outros aspectos, um distanciamento visível existe entre a Universidade e as comunidades periféricas.

5. Referências Bibliográficas

OLIVEN, A. C. A paróquialização do ensino superior. Petrópolis: Vozes, 1990.

Botomé, SP. (1996). Pesquisa alienada e Ensino alienante: o equívoco da extensão universitária. Petrópolis/ São Carlos/ Caxias do Sul: Vozes/ EDUFSCar/ EDUCS, p. 248

_____, SP. (2002). A extensão universitária: é necessário superar equívocos, identificar exigências, definir prioridades e ampliar perspectivas para a universidade. Anais do IX Encontro Nacional de Extensão e Ação Comunitária. Florianópolis, p.71-103.

Guivant, Julia S. A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. Revista Brasileira de Informações Bibliográficas - ANPOCS. Nº 46, 1998. Pp. 3-38.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. Estudos Avançados, vol.15 no.42 São Paulo May/Aug. 2001

Cerqueira, DT (2003). Em busca de uma definição de extensão universitária no Brasil: conceito, limites e características. Extensão em Rede. Revista de Extensão do sistema ACADE.

CHAUÍ, M. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Unesp, 2001.

PROGRAMA BAIXA RENDA. Definição de Baixa Renda. São Paulo: FGV-EAESP. Disponível em: <http://www.eaesp.fgvsp.br/subportais/CEV/GERAL/Programa%20Baixa%20Renda%20-%20DEFINI%C3%87%C3%83O%20DE%20BAIXA%20RENDA%20-%20FINALx.pdf>, acesso em: 23/06/10.

CUNHA, L. A. A universidade crítica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

ARAUJO, Maria José de Azevedo. A INFRA-ESTRUTURA DO BAIRRO SANTA MARIA: ARACAJU/SE. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/28153/1/A-INFRA-ESTRUTURA-DO-BAIRRO-SANTA-MARIA-ARACAJUSE/pagina1.html#ixzz0tbOogIW8> acesso em: 21/06/10.



Moradores da zona de expansão de Aracaju usam barcos para sair de casa. Jornal Cinform online. Disponível em:
<http://www.cinform.com.br/noticias/104201018161240070/MORADORES+DA+ZONA+DE+EXPANSAO+DE+ARACAJU+USAM+BARCOS+PARA+SAIR+DE+CASA.html> acesso em:
18/06/10